

**PROJETO DE AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA E
OFERTA EDUCACIONAL PARA GARANTIA DO DIREITO DE APRENDER NO
ESTADO DO PARÁ (EDUCAÇÃO POR TODO O PARÁ)**

BR-L1548

**PLANO DE ENGAJAMENTO, CONSULTA E PARTICIPAÇÃO DE PARTES
INTERESSADAS**

DOCUMENTO VERSÃO RASCUNHO

Janeiro de 2023

Permitida a reprodução total ou parcial deste documento, desde que citada a fonte.

CRÉDITOS

BID – BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

Consultores

Marcelo da Costa e Rogério Peter

SUMÁRIO

1. Introdução.....	4
2. Objetivo	4
3. Descrição do PROGRAMA.....	4
3.1. Antecedentes do PROGRAMA	4
3.2. Área de Intervenção do PROGRAMA	13
3.3. Descrição das Intervenções Previstas	14
3.4. Definição e Caracterização da Amostra Representativa.....	15
4. Princípios adotados no Plano de Engajamento.....	17
5. Abrangência	18
6. Identificação das Questões Prioritárias	18
7. Identificação dos atores e partes interessadas	19
8. Organização das Consultas públicas	19
8.1. Roteiro das Consultas	22
8.2. Gênero em desenvolvimento e vulneráveis	23
8.3. Consultas Específicas para Comunidades Tradicionais da Amostra Representativa	24
9. Recursos Alocados Previstos.....	25
9.1. Chamamento e Mobilização Social	25
9.1.1. Modelo de Convite Institucional	25
9.1.2. Medidas de Segurança em caso de contato com a população (formato híbrido de consulta).....	26
9.2. Recursos humanos	26
10. Comunicação Social – Estratégia Metodológica para a Preparação do Programa (Consultas Públicas).....	26
10.1. Abordagem da Comunicação Social para Consultas Públicas.....	27
10.2. Recursos de comunicação existentes	27
10.3. Atividades a serem desenvolvidas na Divulgação e Comunicação durante o Processo de Consultas Públicas da Preparação	32
10.3.1. Atividade 1 – Gestão da estratégia de comunicação do processo de Consultas Públicas para preparação do PROGRAMA.....	32
10.3.2. Atividade 2 – Elaboração de material de divulgação.....	33
10.3.3. Atividade 3 – Gestão da Comunicação na fase de preparação do PROGRAMA.....	33
ANEXO 1 – Matriz De Partes Interessadas.....	35
ANEXO 2 – Planos de Consultas e Engajamento Específicos para as Comunidades Tradicionais da Amostra Representativa.....	36

1. INTRODUÇÃO

O processo de engajamento de partes interessadas é um instrumento utilizado como elo entre os atores sociais, com a intenção de conjugar interesses da sociedade e do poder público, promovendo a sustentabilidade do negócio. Durante este processo propostas e críticas podem ser apresentadas, depoimentos podem ser colhidos, dúvidas podem ser esclarecidas. É ideal para ouvir as pessoas diretamente afetadas pelo tema em questão, bem como colher indicação de alternativas para solucionar eventuais conflitos, conforme a normativa nacional e estadual e da Política Ambiental e Social do BID, conforme expresso no Padrão de Desempenho Ambiental e Social - PDAS 10: Engajamento das partes interessadas e divulgação de informações.

Neste contexto se insere a proposta de construir um canal de comunicação com público diretamente ou indiretamente afetado pelo **Projeto de Ampliação e Modernização da Infraestrutura e Oferta Educacional para Garantia do Direito de Aprender no Estado do Pará**.

2. OBJETIVO

Os objetivos específicos do PROGRAMA são:

- Melhorar a infraestrutura física de 120 escolas com o propósito de atender ao redimensionamento da rede e à necessidade de recuperação de estruturas inapropriadas, garantindo a oferta de matrículas e ambiente adequado, impactando na permanência dos alunos na escola e na qualidade da aprendizagem;
- Modernizar o processo de monitoramento da aprendizagem em todas as etapas de ensino, garantindo a evolução do sistema e obtenção de resultados melhores em índices como IDEB e SAEB;
- Revisar a oferta pedagógica para ensino médio e educação de jovens e adultos, assegurando aos estudantes o desenvolvimento das aprendizagens necessárias para a conclusão de cada uma das etapas de ensino;
- Implementar a cultura de garantia de aprendizagem na rede;
- Expandir a formação dos docentes da rede estadual;
- Aprimorar o planejamento, monitoramento e a execução das políticas e ações educacionais.

3. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

O PROGRAMA visa a ampliação e modernização da infraestrutura e da oferta educacional da rede estadual de ensino do Pará, de forma a contribuir com a garantia do direito de aprender, e valorizar os profissionais da rede.

3.1. Antecedentes do PROGRAMA

De acordo com o censo escolar de 2020, a rede estadual do Pará possui 891 escolas, 320 mil alunos de Ensino Médio (EM), 124 mil dos Anos Finais do Ensino Fundamental (EF), 48 mil de Anos Iniciais do Ensino Fundamental, além de 57 mil Jovens e Adultos cursando o EJA. Dentre este universo de alunos da rede estadual paraense, aproximadamente, 10% destes estão localizados em zonas rurais do estado (sendo 38 mil alunos do Ensino Médio e 12 mil alunos dos Anos Finais do Ensino Fundamental).

De acordo com a Sinopse Estatística da Educação Básica, para atender esses alunos, a rede estadual conta com uma equipe de mais de 16,6 mil professores, que estão distribuídos respectivamente em 14,4 mil professores Concursados/Efetivos, 2,2 mil professores com Contrato Temporário, para além de uma pequena parcela de professores com Contratos Terceirizados e Contratos CLT.

Quanto ao diagnóstico educacional no Pará, necessário reconhecer que, apesar de avanços significativos obtidos nos últimos anos, ainda há problemas e carências que se refletem em um histórico de baixa qualidade de ensino, que o coloca em posição de fragilidade quando comparamos seus indicadores educacionais com grande parte dos estados do país.

Após um projeto grande de investimento com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Contrato de Empréstimo nº 2933/OC-BR, com previsão de término para outubro de 2022, a Secretaria de Estado da Educação do Pará (Seduc-PA) conseguiu melhorar alguns desses indicadores. De 2012 a 2020, o Pará apresentou a segunda melhor evolução na taxa de conclusão do EM (+18,5p.p) para região e para os principais estados limítrofes (MT, MA e TO), perdendo apenas para o Amazonas (+19,6p.p). A região Norte apresentou um incremento médio de 16,3p.p. De 2010 até 2020, a distorção idade série no EM também reduziu drasticamente de 59,2% (Anuário da Educação Básica) para 46, 5% (Anuário da Educação Básica), uma melhoria de 12,7p.p, o maior avanço da Região.

Quase ao término do Programa de Melhoria da Qualidade e Incremento da Cobertura da Educação Básica no Estado do Pará já foi possível observar melhorias e avanços nos indicadores educacionais para o Estado, como por exemplo as notas dos Índices de Desenvolvimento da Educação Básica-Ideb.

No entanto, ainda existem grandes desafios a serem enfrentados, principalmente no EM. A taxa de conclusão (53,7%) ainda é a menor da Região (média de 58,3%). O abandono também é alto: 10,03% dos jovens de 15 a 17 anos estão fora da escola (o pior índice comparado com os principais estados limítrofes: AM, MT, MA e TO, com 8,4%, 9,3%, 9,8% e 7,2% respectivamente) (PNAD, 2019) e muito longe da meta de 2016 do Plano Nacional de Educação de matricular todos os jovens dessa faixa etária. Por fim, para os jovens que estão na escola pública, o aprendizado ainda é o pior da Região Norte: somente 1,3% dos jovens aprendem o adequado em matemática e 15,8% em Língua Portuguesa (LP) (Prova Brasil). Esses indicadores justificam a estagnação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) no estado, que de 2009 a 2019 evoluiu apenas 0,2 pontos (3,2 vs 3,0) e está longe da meta projetada para 2021 de 4,4 (SAEB).

A grave situação do EM é também uma consequência da fragilidade do Ensino Fundamental (EF) público no estado. 21% dos alunos do 9º ano das redes públicas do Pará apresentam aprendizado adequado em LP, e apenas 8% em Matemática (Prova Brasil). No 5º ano a situação é um pouco melhor (24% em matemática e 35% em LP), mas em ambos os casos (5º e 9º ano), o estado alterna com o AP com os piores índices da região Norte. Apesar da rede estadual ser responsável por apenas 172 mil alunos do 1º ao 9º (cerca de 13,6% dos 1.266 mil estudantes das redes públicas do estado) (Censo Escolar), esses alunos serão de responsabilidade do estado durante o EM. No entanto, solucionar esse legado de defasagem das etapas anteriores no EM é muito mais complexo do que fazer isso nas respectivas etapas.

Todavia, ainda existem problemas que foram enfrentados, mas não totalmente resolvidos. Nesse sentido, esse pleito deve ser entendido como uma extensão do projeto anterior (BID 2933/OC-BR), com o propósito de preencher as deficiências não totalmente equalizadas, com valor total financiado significativamente menor, visando o

saneamento de fragilidades educacionais ainda evidentes, e tendo como principais inovações, a estruturação da Gestão Pedagógica em três eixos norteadores: Fluxo Escolar, Aprendizagem e Formação Continuada, bem como o afastamento da contratação de grande número de empresas de consultorias para desenvolvimento de atividades de caráter contínuo.

Visão Geral sobre a Matrícula no Estado

No ano de 2020, foram registradas 2,252 milhões de matrículas na educação básica no estado do Pará, 100.666 a menos em comparação com o ano de 2016, o que corresponde a uma redução de 4,3% no total de matrículas.

Em 2020, foram registradas 354.447 matrículas no ensino médio. Esse valor é 2,7% menor do que o número de matrículas registradas para o ano de 2016.

Na Educação de Jovens e Adultos (EJA), em 2020, foram matriculados 157.400, uma redução de 43.787 no número de alunos em relação a 2016, o que representa um decréscimo de 21,76% em 2020. No mesmo período, houve redução de 24,51% nas matrículas da EJA fundamental e 14,92% na EJA de nível médio.

Na EJA de nível fundamental, 83,38% das matrículas estão na rede municipal, seguida pela rede estadual, com 18,29%. Na EJA de nível médio, a rede estadual é responsável por 76% das matrículas e a rede privada por 22,91%. A EJA concentra, proporcionalmente, um maior número de matrículas (81,20%) na zona urbana.

Em 2021, de acordo com o departamento de Coordenação de Matrícula da Seduc, o total de alunos matriculados na rede pública estadual foi de 579.470, distribuídos da seguinte forma: Educação Profissional (16.417); Ensino Infantil (49); Ensino Fundamental (168.599); Ensino Médio (343.436); EJA Fundamental (13.588); EJA Médio (34.802); Educação Especial (2.579). (Seduc/SIGEP Sistema de Informação de Gestão Escolar do Pará, 2020).

Alunos de 15 a 17 anos Fora da Escola

Após discorrer sobre a cobertura da matrícula no estado do Pará, passa-se a tratar da suficiência de vagas, particularmente no ensino médio, por ser o Estado o responsável pela quase totalidade da sua oferta.

O Observatório do Plano Nacional de Educação lançado em 2013, e coordenado pelo Todos Pela Educação, em parceria com 28 organizações, cuja finalidade é o acompanhamento permanente das metas e estratégias do PNE durante sua vigência estimou, para 2020, que a população paraense de 15 a 17 anos seria de 470.798, e que também 299.960 desses jovens deveriam estar matriculados nesse nível de ensino, considerando as quatro dependências administrativas (federal, estadual, municipal e privada).

Logo, é possível afirmar que 71.734 alunos ficaram fora da escola. Como a rede pública estadual é responsável por 89,9% das matrículas nesse nível de ensino, infere-se que aproximadamente 64.488 jovens deixaram de cursá-lo.

Isso constitui um desafio para o Estado, pois, consta da Meta 3 do Plano Estadual de Educação, aprovado pela Lei nº 8.186 de 23 de junho de 2015: universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência deste Plano, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%.

Com 64.488 jovens de 15 a 17 anos fora da escola, a meta de cobertura prevista no Plano Estadual de Educação não foi atingida e, de igual maneira, no Plano Nacional de Educação.

Porém, destaca-se que o Pará já vem empreendendo esforços significativos para ampliação da cobertura e melhoria dos indicadores da educação estadual viabilizados, sobretudo, pelas ações decorrentes da parceria com o BID por meio do Contrato de Empréstimo nº 2933/OCBR, como por exemplo:

- Incremento na estrutura física de 82 escolas: 57 inauguradas e 27 em execução. As intervenções nas unidades referem-se a reformas, ampliações e construções, todas localizadas nas seis Mesorregiões do Estado;
- Implantação do Sistema Educacional Interativo – SEI, concebido com a finalidade de expandir o ensino médio regular presencial mediado por tecnologia, atendendo comunidades de difícil acesso no estado do Pará.
- Criação do Centro de Formação dos Profissionais da Educação Básica. Desde a sua implantação em dezembro de 2014 o CEFOR vem crescendo no número de atendimentos à profissionais da Educação em todo o Estado do Pará, especialmente, professores do Ensino Fundamental e Médio, das redes estadual e municipal. Em 2020, apesar do contexto pandêmico, o CEFOR acabou potencializando a modalidade de formação remota, por meio da plataforma Google Sala de Aula e de outros recursos e conseguiu contemplar o maior quantitativo anual desde a sua implantação, atendendo a 15.083. Entre 2015 e 2020 foram atendidos 35.267 profissionais das redes públicas estadual e municipal, superando a meta estabelecida pelo BID de 21.000. O próximo passo é o aparelhamento do Centro de Formação dos Profissionais da Educação do Estado do Pará, que será implementado com recursos desse projeto. Para tanto, a Seduc elaborou o projeto de adequação do CEFOR.

Taxas de Rendimento Escolar

Com relação as taxas de rendimento escolar, identifica-se avanços marcantes na rede estadual, nas diferentes etapas de ensino. Entretanto, alguns resultados observados nos últimos anos indicam taxas, sobretudo de abandono, em patamares ainda elevados, comprometendo o presente e futuro dos jovens e o nível de nível de aprendizado.

De acordo, com os dados do INEP, no período de 2017-2020, nos anos iniciais do ensino fundamental da rede estadual, apresentaram melhorias no rendimento escolar (aprovação, reprovação e abandono).

Vale ressaltar, que em 2020, a área de educação foi uma das que sofreu o maior impacto com as medidas necessárias ao controle da pandemia da Covid-19, implementadas ao longo do ano. Em abril/2020, o Governo Federal editou a Medida Provisória nº 934, estabelecendo diretrizes para o ano letivo, nos níveis da educação básica e da educação superior e, durante sua vigência, dispensa a obrigatoriedade do cumprimento do mínimo de dias letivos no ano de 2020 na educação básica e superior, bem como admite a reorganização das atividades escolares e acadêmicas por causa da suspensão das aulas presenciais. As aulas passaram a ser realizadas na modalidade on-line durante esse período, todas as instituições de ensino precisaram se adequar a essa nova realidade. Nesse contexto, o Governo do Pará, conjuntamente com o Conselho de Educação do Estado, decidiu pela não reprovação em 2020, além de outras medidas adotadas, como forma de minimizar o abandono e a evasão na rede, o que se observa ter alcançado sua finalidade.

Com relação aos anos finais da rede estadual, também apresentou melhorias nas taxas de rendimento escolar (aprovação, reprovação e abandono) no período de 2017 a 2020, com exceção de uma elevação na taxa de aprovação de 2018 a 2019, conforme demonstra-se no gráfico a seguir.

No tocante ao ensino médio na Rede Estadual, verifica-se resultados positivos nas taxas de rendimento escolar (aprovação, reprovação e abandono), no período de 2017 a 2020, com exceção de uma elevação na taxa de reprovação de 2018 para 2019, e, um aumento na taxa de abandono de 2017 para 2018. Mesmo diante dessa tendência favorável, observa-se que as taxas de abandono para este nível de ensino ainda são bastante expressivas, com exceção do resultado apresentado para 2020, que foi influenciado pelas medidas adotadas durante a pandemia do covid-19, conforme já explicado. Contudo, em 2019, a taxa de abandono era mais do que o dobro da nacional (5,5%), e superior ao da região Norte (9,8%), demonstrando um cenário preocupante.

As ações adotadas para a melhoria desses indicadores serão tratadas no próximo ponto.

Taxa de Distorção Idade-Série

Também cabe destacar que a alfabetização no tempo adequado e a trajetória com aprendizagem ao longo de todo o ensino fundamental ampliam as possibilidades de os estudantes cursarem o ensino médio e concluírem a educação básica no tempo esperado.

Nesse sentido, no ensino médio, a taxa de distorção idade-série (dois ou mais anos de atraso escolar) do estado do Pará, no ano 2020, era de 45,2%, com a esfera privada apresentando a menor distorção série idade, 8,6%, e a esfera estadual registrando o maior percentual nesse indicador, 48,7, sinalizando, contudo, uma redução quando comparado com 2013, que era 52,8%.

A tendência de redução mencionada, pode ser observada tanto para o Ensino fundamental, quanto para o ensino médio, na rede estadual, nos últimos anos.

É possível identificar que entre 2015 e 2020 ocorreu uma redução de 7,2 pontos percentuais (p.p) na taxa de distorção idade-série na rede estadual, enquanto a redução no Estado do Pará total foi de 4,4 p.p. Portanto, há de se ressaltar que a rede estadual apresentou melhor desempenho que o Pará como um todo. Não obstante, há de se estabelecer a manutenção de políticas educacionais assertivas por parte da Secretaria de Educação, a fim de continuar avançando na melhoria deste cenário.

Utilizando a mesma fonte, e considerando o mesmo período, os dois gráficos abaixo caminham no mesmo sentido, comparando a distorção idade-série do ensino médio do Estado do Pará com a Rede Estadual.

Nesse nível de ensino, todo o estado do Pará conseguiu uma redução de 4,7p.p., frente a 5,6p.p. da rede Estadual. Assim como no ensino fundamental, constata-se que a rede estadual apresentou melhor resultado.

O estado tem agido para avançar na melhoria desses indicadores. Dentre as ações realizadas pela Secretaria de Estado de Educação com foco na redução do abandono escolar e na distorção idade-série destaca-se o Projeto Mundiar, implementado em 2014, com recurso do financiamento obtido junto ao BID, visando implantar uma política educacional voltada aos alunos do ensino fundamental a partir do 6º ano, e do ensino médio a partir do 1º ano. Utilizou os materiais do Telecurso® e a Metodologia Telessala, desenvolvendo ações com ênfase na inclusão social, na autonomia de estudo, no desenvolvimento da capacidade produtiva, na aprendizagem colaborativa e, sobretudo, na qualidade do desempenho e da aprendizagem desses estudantes. A proposta pedagógica favoreceu o desenvolvimento de competências individuais e em grupos, qualificando a formação da cidadania, viabilizando o acesso à conclusão da Educação Básica com qualidade, em menor tempo, por meio da metodologia ativa do projeto, com

professor unidocente - mediador da aprendizagem, e o princípio ativo do protagonismo e empoderamento do estudante.

No período de 2014 a 2020 em que foi ofertado o Projeto Mundial foram atendidos:

- No Ensino Fundamental: 33.689 estudantes, sendo que deste quantitativo 27.533 obtiveram resultados satisfatórios.
- No Ensino Médio: 62.435 estudantes, sendo que deste quantitativo 42.176 obtiveram resultados satisfatórios.
- No total, 69.709 estudantes concluíram os respectivos níveis de estudos.

Formação Insuficiente dos Docentes

De acordo com o Resumo Técnico do Censo da Educação Básica 2020, no Estado do Pará ocorreu o aumento no percentual de docentes que participaram de formação continuada, passando de 26,10% em 2016, para 36,80% em 2020.

Apesar do crescimento de docentes participando de formação continuada, os dados do Centro de Formação dos Profissionais da Educação Básica do Estado do Pará (CEFOR/SEDUC) indicam que, em 2020, apenas 29% dos que atuam no Ensino Fundamental e 33% no Ensino Médio tomaram parte nas ações formativas. De modo mais específico, verifica-se ainda que apenas 10% dos docentes de Matemática e 24% da área de Linguagens estiveram envolvidos nesse treinamento. Esses dados revelam a necessidade de ampliar a política de formação continuada, de forma mais assertiva aos docentes da rede estadual de ensino, considerando os indicadores e as taxas de proficiência da rede, além de atender as estratégias previstas nas metas 15 e 16 do PEE, a saber:

- Meta 15.4 fomentar a criação, em ambiente virtual de aprendizagem, um banco de cursos de formação continuada, de forma que os profissionais da educação possam se capacitar constantemente, em cursos à distância, a partir do primeiro ano de vigência deste PEE;
- Meta 16.3 apoiar a formação continuada, presencial e/ou a distância, aos(as) profissionais de educação, oferecendo-lhes cursos de aperfeiçoamento, inclusive nas novas tecnologias da informação e da comunicação, na vigência do PEE.

Infraestrutura

O estado contava, em 2020, com 10.701 escolas de educação básica. Desse total, a rede municipal é responsável por 82,6% das escolas, seguida da rede privada, com 8,9%, rede Federal (0,2%), e a rede estadual responde por 8,3% das escolas.

Apesar dos importantes avanços na recuperação da infraestrutura escolar durante o período de vigência da primeira etapa da parceria entre o BID e o Governo do Estado do Pará, ainda existem mais de 240 prédios escolares em precárias condições físicas, impedindo um bom nível de aprendizado fator que impacta diretamente no abandono e distorção idade-série, anteriormente mencionados -, além de impedir o acesso à educação dos alunos do ensino médio. Ressalte-se que há inúmeras recomendações do Ministério Público e do Corpo de Bombeiros para imediata adequação dessas unidades. (Fonte: Secretaria Adjunta de Logística Escolar SALE/SEDUC).

Outras 91 escolas da rede estadual funcionam em prédios alugados, consumindo recursos públicos que poderiam ser canalizados à melhoria da aprendizagem dos alunos. (Fonte: Secretaria Adjunta de Logística Escolar SALE/SEDUC).

Ainda com relação à infraestrutura das escolas, outro aspecto de destaque é a ventilação natural das salas de aula, que no contexto nacional é avaliada como

inadequada por 41% dos professores, enquanto na rede pública paraense este percentual é de 56% dos professores, e na rede estadual paraense o percentual corresponde a 63% dos docentes. Outro ponto de atenção é o mobiliário das salas de aulas que enquanto é criticado por 19% dos professores a nível nacional, no Pará passa a ser alvo de críticas de 31% dos professores da rede pública, e de 38% dos professores da rede estadual. Outros aspectos de grande relevância da infraestrutura das escolas também destoam negativamente no Pará em relação ao contexto nacional, como a infraestrutura de paredes, teto, assoalho e portas das salas de aula (criticadas por 21% dos professores a nível nacional, e por 36% dos professores da rede pública do Pará), assim como as lousas utilizadas nas salas de aula (criticadas por 18% dos professores no Brasil, frente a 25% dos professores da rede pública do Pará, e 34% dos professores da rede estadual).

O Censo Escolar também traz alguns dados complementares com relação à carência de infraestrutura nas escolas estaduais do Pará. Dentre as escolas do estado que oferecem EM Regular, apenas 57% destas possuem laboratórios de informática, e apenas 43% possuem laboratórios de ciência. Além disso, com relação à infraestrutura de tecnologia da informação, enquanto em média as escolas públicas do estado com EM tem 24 computadores disponíveis, as escolas estaduais de EM apresentam uma média de apenas 7 computadores por escola.

Dessa forma, entende-se que os principais desafios a serem enfrentados são:

- A oferta pedagógica está desconectada com a demanda existente no ensino médio, além da ausência de integração de dados para monitoramento da aprendizagem, a insuficiência de parâmetros de medição de desempenho do corpo docente, escolas e ensino desvinculados da evolução tecnológica, materiais e recursos pedagógicos inadequados e insuficientes, altos índices de abandono escolar, principalmente no ensino médio, altas taxas de distorção idade-série e baixo número de formação de docentes.
- A Infraestrutura Física é inadequada e insuficiente. Há diversas escolas cuja estrutura física é considerada precária, sob intervenção do Ministério Público, da Defesa Civil e Bombeiros, escolas em colapso estrutural e algumas em estado impróprio. Existe, ainda, um alto custo com locação de imóveis utilizados como escolas: aproximadamente R\$ 12,5 milhões/ano. (Fonte: SALE/SEDUC).

Constata-se também a insuficiência de quadras esportivas para o cumprimento da oferta obrigatória de educação física.

Soluções Propostas

Para o enfrentamento desses problemas, são apresentadas as seguintes soluções:

Quanto à Infraestrutura, as soluções propostas visam aumentar a oferta de vagas no ensino médio e fundamental, reformando e ampliando 106 escolas estaduais, incluindo novas salas de aula, bibliotecas, laboratórios de informática, quadras esportivas e laboratórios de ciência.

O que se pretende com a adequação física das escolas, além de oferecer um ambiente convergente para o aperfeiçoamento educacional, é permitir a realocação dos alunos que atualmente frequentam prédios alugados, reduzindo, parcialmente, os gastos de locação.

No que se refere à Gestão Pedagógica, a proposta da Secretaria de Educação está estruturada em três eixos norteadores: Fluxo Escolar, Aprendizagem e Formação Continuada.

Eixo Fluxo Escolar

No eixo Fluxo Escolar, visando a redução das taxas de abandono escolar e distorção idade-série tanto para o Ensino Fundamental, quanto para o Ensino Médio, busca-se o fortalecimento do Programa Estadual de Correção de Fluxo, denominado Trilhas no Pará, que está em andamento desde 2020, fruto da parceria entre a Secretaria de Estado de Educação do Pará com o UNICEF, que pretende enfrentar de forma articulada, contínua e intersetorial, a cultura do fracasso escolar. Trata-se de uma iniciativa de alta relevância pela parceria institucional com o Unicef, parceiro técnico, responsável pela transferência de tecnologia, pautado nas Estratégias de Sucesso Escolar TSE (UNICEF), para o desenvolvimento das aprendizagens necessárias e progressão anual dos estudantes. Desse modo, a Secretaria de Estado de Educação passa a ter seu próprio programa, com identidade própria, a fim de avançar na política educacional para redução da distorção da idade-série, inclusive com a política de perenidade na rede estadual, após o término da parceria, posto que o programa está sendo implementado pela Secretaria Adjunta de Ensino (SAEN), com equipe técnica específica, constituída de forma intersetorial pelas coordenações da SAEN. Tal cenário, difere do Projeto Mundiar, aplicado a partir das diretrizes da Fundação Roberto Marinho.

A implementação do programa justifica-se por dar continuidade à política de atendimento aos estudantes que se encontram em atraso escolar, enquanto estratégia de ação para a correção do fluxo escolar dos alunos da rede estadual, cujo objetivo geral é implantar uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade para o enfrentamento da distorção idade-série. Nesse sentido é inerente em suas ações a implementação de estratégias de ação para o enfrentamento da distorção idade-série, garantindo a permanência com efetiva progressão dos estudantes, evitando o abandono escolar de um público com alto potencial de evasão, combatendo, dessa forma, a cultura do fracasso escolar.

Está pautada nas legislações e normativas em vigor, como o Plano Estadual de Educação PEE (Lei Nº 8.186 de 23 de junho de 2015). Metas 2, 3, 7, 8 e 20 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Objetivos/Metas 4.1 e 4.7.

O programa tem três principais metas:

- META 1: Assegurar aos estudantes o acesso, permanência e desenvolvimento das aprendizagens necessárias para a conclusão de cada etapa com eficácia.
- META 2: Reduzir em 70% os índices de distorção idade-série nas escolas, considerando a gradativa implementação na rede estadual, até 2025.
- META 3: Contribuir para efetivação da Meta 7 do PEE, no que tange o fluxo escolar na distorção idade-série para melhoria dos resultados da rede estadual no IDEB.

Para a ampliação da cobertura da Educação de Jovens e Adultos a solução ampara-se na TV Cultura, via modalidade de educação à distância. O principal objetivo é tornar possível à oferta da EJA àqueles que não tiveram oportunidade de acesso à educação no tempo adequado, bem como não conseguem frequentar a escola nos horários regulares.

O SEI, por meio de sua moderna estrutura de tecnologia de produção audiovisual e plataforma de telecomunicação satelital, oferece a veiculação de conteúdo programático previsto nas diversas matrizes curriculares, através da transmissão de aulas via satélite (em tempo real) e alocação de equipe multimídia (edição e transmissão de aulas) para apoiar as ações estratégicas da SEDUC. A partir março de 2020, quando fora decretada a suspensão das aulas presenciais da Rede Pública, o Sistema Educacional Interativo alinhou uma sólida parceria com a TV Cultura, assim nascendo o Programa Todos Em Casa Pela Educação, onde a transmissão do programa, protagonizada pelos

professores do Centro de Mídia com foco total nos alunos do Fundamental, Médio e Enem.

A Ampliação do número de estúdios para que o SEI (detalhamento anexo 1) possa ofertar educação de jovens e adultos, cursos profissionalizantes e formação de professores, além de manter o Programa Todos Juntos pela Educação, é o objetivo para o ano de 2022, e para tanto faz-se necessário a aquisição de equipamentos para aumentar a cobertura de alunos atendidos.

Eixo Aprendizagem

No eixo Aprendizagem as principais ações estão voltadas ao suporte pedagógico. Daí a necessidade e a relevância da criação e implantação do Núcleo de Avaliação Educacional -NAED (projeto de criação destacado como Anexo-4), cujo objetivo é elaborar e difundir indicadores de gestão educacional, executar ações visando aumentar a proficiência dos estudantes da rede estadual de forma contínua e eficaz. Esse núcleo será responsável pela elaboração de estratégias para potencializar o uso pedagógico de indicadores de gestão educacional, executar ações visando identificar necessidades e demandas das redes de ensino, desenvolver ações integradas com o CEFOR, e realizar pesquisas com professores, alunos, pais e comunidades objetivando a melhoria da qualidade de ensino da rede estadual.

O NAED será responsável pela absorção dos processos e procedimentos que serão repassados pela empresa contratada para aplicação, processamento e análise das avaliações diagnósticas em larga escala, com o objetivo de capacitar a equipe técnica do Núcleo. Isso permitirá consolidar o Sistema Paraense de Avaliação Educacional SISPAE.

Nesse sentido, ao término do financiamento o NAED passará a ser o encarregado da aplicação das avaliações educacionais em larga escala, afastando a necessidade de contratação de empresas para execução desse serviço.

Em síntese, o NAED será o núcleo estatístico de gestão do desempenho escolar, o que permitirá subsidiar todos os setores da SEDUC com informações destinadas ao planejamento, monitoramento e execução das políticas e ações educacionais, contribuindo para elevar a qualidade da educação básica.

Para produção de material pedagógico destinado aos alunos, professores e gestores da rede estadual, que também servirá de instrumento de correção de deficiências identificadas nas avaliações pedagógicas, será contratada empresa para impressão do material didático necessário.

Na mesma trilha, visando contribuir para a elevação dos indicadores de qualidade na educação paraense, especificamente em Língua Portuguesa, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, a solução será a modernização dos espaços pedagógicos das escolas e dos Núcleos de Tecnologia Educacional, assegurando aos alunos o desenvolvimento das competências gerais descritas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Eixo Formação Continuada

Por fim, no eixo Formação Continuada, a solução proposta visa a adequação da infraestrutura física e o aparelhamento do CEFOR, no prédio histórico do Instituto Estadual de Educação do Pará IEEP. A política de formação continuada de Professores constitui elemento fundamental para a melhoria dos indicadores educacionais e, sobretudo, para atingir as metas previstas no Plano Nacional de Educação (PNE) e, por sua vez, no Plano Estadual de Educação (PEE), além de atender as diretrizes da Portaria nº 882/2020 que estabelecem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a

Formação Continuada de Professores da Educação Básica e Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada); Portaria nº 458/2020 que Institui normas complementares necessárias ao cumprimento da Política Nacional de Avaliação da Educação Básica.

Em parceria com o SEI há também as transmissões de ações estratégicas do CEFOR, Centro de Formação dos Profissionais de Educação do Pará e Cursos de pequena, média e longa duração. Hoje são quase 30.000 professores e 9.000 técnicos da Rede Estadual de Ensino. Todos estão contemplados nas ações de treinamento, aperfeiçoamento e qualificação promovidas pela SEDUC, por meio do CEFOR em parceria com o Sistema Educacional Interativo. As metas estabelecidas pelo Conselho e pela própria de alcance das formações e reciclagem foram superadas com o incremento do SEI ao processo.

Resultados Esperados

Os resultados esperados com a implementação do projeto são:

- Elevação da frequência escolar; a redução do abandono escolar; a diminuição das taxas de distorção idade-série;
- Ampliação da oferta no ensino médio, aos jovens de 15 a 17 anos e da Educação de Jovens e Adultos;
- Aumento dos níveis de aprendizagem, principalmente do Ensino Médio, posicionando o estado entre os 20 primeiros lugares do Ranking Nacional do IDEB;
- Fortalecimento da gestão educacional da Secretaria de Educação;
- Ampliação e consolidação da política de Formação Continuada para os profissionais da educação do Estado do Pará.

3.2. Área de Intervenção do PROGRAMA

A área de abrangência do PROGRAMA engloba o Estado do Pará como um todo, focando na expansão e aperfeiçoamento da educação no ensino estadual. Especificamente, os municípios onde se encontram as escolas que receberão os investimentos do PROGRAMA compreendem as localidades focais da área de abrangência.

Esta área de abrangência municipal é, preliminarmente, apresentada na tabela a seguir:

Tabela 1 – Quantidade de escolas e municípios com definição de receberem investimentos dentro do PROGRAMA

Município	Número de escolas previsto
Abaetetuba	2
Alenquer	1
Altamira	2
Anajás	1
Ananindeua	2
Bagre	1
Barcarena	1
Belém	8
Benevides	6
Bonito	1
Bragança	1
Brejo Grande do Araguaia	1

Município	Número de escolas previsto
Breves	1
Capanema	3
Colares	2
Concórdia do Pará	1
Igarapé-Açu	1
Igarapé-Miri	2
Itaituba	4
Juruti	1
Novo Repartimento	1
Ourém	1
Paragominas	1
Santa Cruz do Ariri	1
Santa Izabel do Pará	2
Santarém	4
São Domingos do Capim	1
São Geraldo do Araguaia	1
São João do Araguaia	1
São Sebastião da Boa Vista	1
Senador José Porfírio	1
Soure	1
Tomé-Açu	1
Total (34 municípios)	59

Fonte: SEDUC/PA

Além dessa perspectiva de escolas distribuídas nesses 34 municípios, ainda serão definidas aproximadamente 60 escolas para abarcarem o portfólio de investimento, mas, esta seleção ainda se encontra em definição.

3.3. Descrição das Intervenções Previstas

O Programa está estruturado nos seguintes componentes:

- **Componente 1:** Cobertura e Qualidade da Infraestrutura (US\$ 75,7 milhões), visa ampliar a cobertura e melhorar a qualidade da infraestrutura, envolvendo: (i) serviços de consultoria de engenharia para planejamento e elaboração de obras de construção de infraestrutura escolar; (ii) serviços de reforma e ampliação de 120 escolas; e (iii) aquisição de móveis e equipamentos. As obras de construção de infraestrutura serão projetadas de acordo com os princípios de sustentabilidade climática e resiliência.
- **Componente 2:** Práticas de Ensino (US\$ 30,1 milhões), divididas em três subcomponentes:
 - **Subcomponente 2.1:** Recuperação de aprendizagem e conclusão de Ensino Médio, envolvendo as seguintes atividades: (i) expansão e melhoria das políticas de recuperação e aceleração de aprendizagem; (ii) ferramentas digitais para aprendizagem individualizada; (iii) iniciativa de tutoria e de estímulo comportamental para aumentar a conclusão da escola; (iv) piloto para avaliação de práticas de ensino; e (v) piloto de um programa de transferência de dinheiro para trazer de volta alunos fora da escola.
 - **Subcomponente 2.2:** Provisão educacional adequada para comunidades remotas, envolvendo: (i) atualizações socioculturais em currículos e materiais pedagógicos para maximizar a aprendizagem e diminuir as lacunas de gênero e

raça; (ii) reestruturação das políticas de ensino existentes para comunidades remotas; e (iii) formação de professores para alunos diversos e rurais.

- **Subcomponente 2.3:** Modernização dos espaços pedagógicos nas escolas e no CEFOR, envolvendo: (i) expansão da conectividade à internet; e (ii) equipamentos para laboratórios.
- **Componente 3:** Práticas de Gestão (US\$ 9,7 milhões), que visa fortalecer a capacidade institucional da Seduc, apoiará todos os objetivos específicos e finanças, e englobando as seguintes atividades: (i) a instalação e os equipamentos de uma Unidade de Avaliação Educacional; (ii) atualização e transferência de tecnologia de teste de avaliação em larga escala; (iii) melhoria da estrutura organizacional e da gestão de processos; (iv) atualização dos sistemas de TI; e (v) serviços de consultoria para a concepção de políticas voltadas à Seduc, apoiando os municípios na melhoria de seus resultados educacionais.
- **Componente 4:** Administração do Programa (US\$ 9,5 milhões), apoiando a execução das ações do Programa, contribuindo para atingir todos os objetivos específicos. Engloba o financiamento de equipamentos, serviços e consultores para a Unidade de Gerenciamento de Projetos (PMU), incluindo serviços de auditoria.

3.4. Definição e Caracterização da Amostra Representativa

O Programa está estruturado na modalidade de Obras Múltiplas, sendo composto por uma amostra representativa de obras (incluindo os aspectos ambientais e sociais) a ser definida durante o processo de preparação do Programa.

A tabela a seguir lista os projetos selecionados na Amostra Representativa. Destaca-se que a escolha e inclusão de escolas para populações tradicionais e não-tradicionais na amostra representativa levou em consideração abarcar os diferentes perfis socioculturais de partes interessadas (em especial, afetadas) envolvidos no Programa, além dos diferentes ambientes de inserção dos projetos de implantação, contemplando, pelo menos, um projeto representante de cada tipologia e característica.

As populações tradicionais carregam características de tradições culturais, práticas e costumes que são herdadas a cada geração durante décadas e que fazem parte de uma determinada população de etnia própria. No Brasil, são consideradas populações tradicionais aquelas legalmente declaradas, sendo as comunidades ribeirinhas, quilombolas e indígenas formalmente reconhecidas através de um processo de identificação sociocultural realizada pelas autoridades brasileiras após reivindicação da comunidade.

Tabela 2 – Projetos definidos na Amostra Representativa do Programa

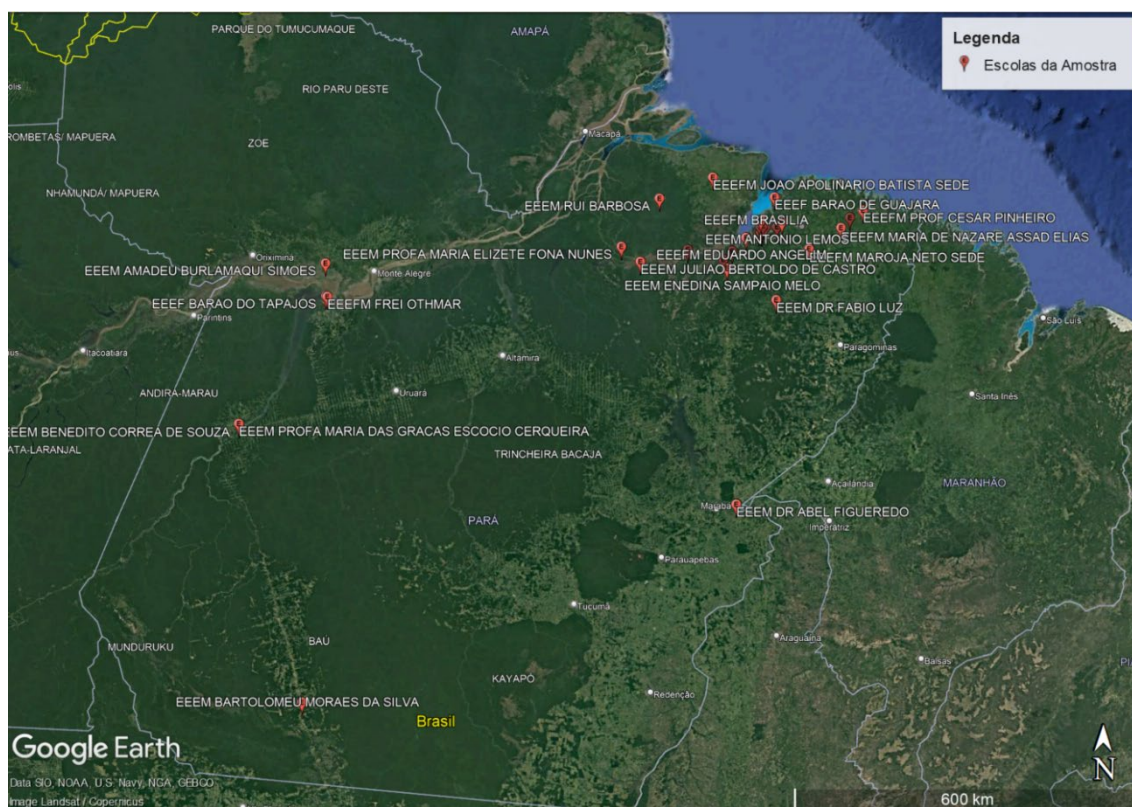
Região Administrativa – URE	Município	Nome da Escola	Tradicional
03A URE – ABAETETUBA	ABAETETUBA	EEEFM PEDRO TEIXEIRA	Não
03A URE – ABAETETUBA	BARCARENA	EEEFM EDUARDO ANGELIM	Não
03A URE – ABAETETUBA	IGARAPÉ-MIRI	EEEM ENEDINA SAMPAIO MELO	Não
03A URE – ABAETETUBA	IGARAPÉ-MIRI	EEEM PROFA DALILA AFONSO CUNHA	Não

05A URE – SANTARÉM	SANTARÉM	EEEF BARAO DO TAPAJOS	Não
05A URE – SANTAREM	SANTARÉM	EEEFM FREI OTHMAR	Não
05A URE – SANTAREM	SANTARÉM	EEEFM FREI OTHMAR - ANEXO I	Não
05A URE – SANTAREM	SANTARÉM	EEEFM NOSSA SENHORA DE GUADALUPE	Não
06A URE - MONTE ALEGRE	ALENQUER	EEEM AMADEU BURLAMAQUI SIMOES	Não
08A URE – CASTANHAL	SÃO DOMINGOS DO CAPIM	EEEFM MAROJA NETO SEDE	Não
09A URE – MARACANÃ	IGARAPÉ-AÇU	EEEM FREI DANIEL DE SAMARATE	Não
11A URE - SANTA IZABEL DO PARA	COLARES	EEEF BARAO DE GUAJARA	Não
11A URE - SANTA IZABEL DO PARA	COLARES	EEEF LUCIOLA BRASIL	Não
11A URE - SANTA IZABEL DO PARA	SANTA IZABEL DO PARÁ	EEEM ANTONIO LEMOS	Não
11A URE - SANTA IZABEL DO PARA	SANTA IZABEL DO PARÁ	EEEM PROFA MARIETA EMMI	Não
12A URE – ITAITUBA	ITAITUBA	EEEM BENEDITO CORREA DE SOUZA	Não
12A URE – ITAITUBA	ITAITUBA	EEEM BENEDITO CORREA DE SOUZA - ANEXO 1	Não
12A URE – ITAITUBA	ITAITUBA	EEEM PROFA MARIA DAS GRACAS ESCOCIO CERQUEIRA	Não
12A URE – ITAITUBA	ITAITUBA	EEEM PROFA MARIA DAS GRACAS ESCOCIO CERQUEIRA ANEXO II	Não
13A URE – BREVES	BREVES	EEEM PROFA MARIA ELIZETE FONA NUNES	Não
14A URE – CAPANEMA	BONITO	EEEFM MARIA DE NAZARE ASSAD ELIAS	Não
14A URE - CAPANEMA	CAPANEMA	EEEF SILVESTRE CARNEIRO	Não
14A URE - CAPANEMA	CAPANEMA	EEEFM PROF CESAR PINHEIRO	Não
14A URE - CAPANEMA	CAPANEMA	EEEFM PROFA APOLONIA PINHEIRO DOS SANTOS	Não
14A URE - CAPANEMA	OURÉM	EEEFM IRMA SANCHIA AUGUSTA DE SOUZA E SILVA	Não
19A URE - BELEM - Unidade 1	BELÉM	EEEFM EUNICE WEAVER	Não
19A URE - BELEM - Unidade 11	BELÉM	EEEFM BRASILIA	Não
19A URE - BELEM - Unidade 14	BELÉM	EEEFM PROFA DILMA DE SOUZA CATTETE	Não
19A URE - BELEM - Unidade 15	ANANINDEUA	EEEFM AGOSTINHO MONTEIRO	Não
19A URE - BELEM - Unidade 18	BENEVIDES	EEEF CENECISTA FRANCOIS PAUL BEGOT	Não
19A URE - BELEM - Unidade 18	BENEVIDES	EEEFM DR OTAVIO MEIRA	Não
19A URE - BELEM - Unidade 2	BELÉM	EEEFM RUI BARBOSA	Não
19A URE - BELEM - Unidade 3	BELÉM	EEEF PROFA CELINA ANGLADA	Não
19A URE - BELEM - Unidade 4	BELÉM	EEEFM DEODORO DE MENDONCA	Não
19A URE - BELEM - Unidade 6	BELÉM	EEEM AUGUSTO MEIRA	Não
20A URE - REGIAO DAS ILHAS	SOURE	EEEFM PROF. GASPARINO BATISTA DA SILVA	Não

	ABAETETUBA	COMUNIDADE RIO URUBUEUA FÁTIMA	Sim
	CONCÓRDIA DO PARÁ	COMUNIDADE QUILOMBO CAMPO VERDE	Sim
	PARAGOMINAS	ALDEIA CAJUEIRO - TERRA INDÍGENA AI TO RIO GUAMÁ	Sim

Fonte: SEDUC, 2022

Figura 1 - Localização da amostra representativa



Fonte: SEDUC. 2022

4. PRINCÍPIOS ADOTADOS NO PLANO DE ENGAJAMENTO

O presente Plano de Consulta e Participação está focado nos projetos da amostra representativa e possui uma proposta inclusiva: ou seja, os formatos e linguagem utilizados para a comunicação junto à população deverão se apresentar adequados para transmitir a informação ao público. É importante ressaltar que uma comunicação adequada procura preservar a integridade da informação, ao mesmo tempo que se adequa ao público-alvo, neste sentido os seguintes critérios devem ser adotados:

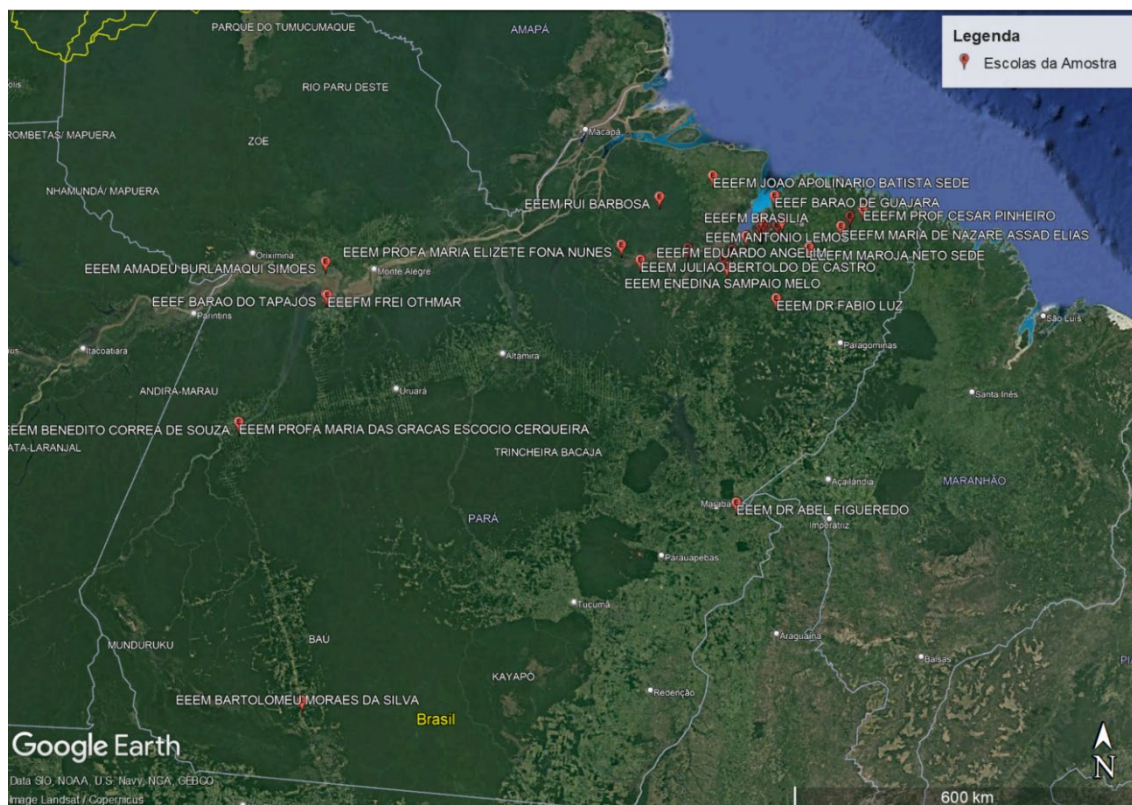
- A linguagem escrita deve ser simples e direta, evitando ao máximo termos técnicos e explicando-os quanto forem indispensáveis.
- Deverão, sempre que possível, ser apresentados exemplos didáticos (desenhos, fotos, animações) de forma a transmitir à população a realidade do que significam as obras que compõem cada Projeto.
- Qualquer atendimento a solicitações/reclamações da população deverá ser feito com paciência e a atenção para o devido entendimento da demanda. Atenção especial deverá ser dada aos idosos e portadores de necessidades especiais.

- As informações transmitidas ao público, independente do meio, devem ser simples, claras e transparentes.

5. ABRANGÊNCIA

Conforme apresentado na figura a seguir, as consultas abrangem as representações docentes e administrativa das escolas, bem como de alunos e pais nas áreas atendidas pelos Projetos do PROGRAMA.

Figura 2 - Localização da amostra representativa



Fonte: SEDUC, 2022

6. IDENTIFICAÇÃO DAS QUESTÕES PRIORITÁRIAS

Para as consultas, deve-se abordar os impactos socioambientais benéficos e adversos dos projetos, e que sejam relevantes na discussão com o público.

No geral, as seguintes questões são antecipadas:

- Descrição do Projeto, com detalhamento dos itens permanentes que causam maiores preocupações ou anseios;
- Dinâmica de trabalho das maiores interferências a serem realizadas na comunidade durante a obra versus as ações de mitigação e controle adotadas (lama, poeira, trânsito, ruído, duração da obra);
- Riscos de alagamento ou acidentes;
- Canais de comunicação;

- Principais riscos e impactos ambientais e sociais identificados
- Principais medidas de mitigação para atendimento aos impactos identificados.

7. IDENTIFICAÇÃO DOS ATORES E PARTES INTERESSADAS

A equipe da SEDUC possui uma matriz de representantes das escolas para o engajamento nas Consultas Públicas.

A matriz de partes interessadas e afetadas é um instrumento que consolida os atores importantes de serem convidados a se envolverem nas discussões relacionadas aos projetos do PROGRAMA. Esta Matriz com a seleção de Partes Interessadas e Afetadas relacionadas aos projetos do PROGRAMA é apresentada no Anexo 1.

8. ORGANIZAÇÃO DAS CONSULTAS PÚBLICAS

O PROGRAMA será difundido através de diversas formas de comunicação que envolvem desde o corpo a corpo, através da realização de articulações diretamente com o público escolar e seus representantes, mídias de massa e mídias digitais, além de 2 Consultas Públicas a serem realizada para os projetos da Amostra Representativa.

Para a Consulta Pública, a estratégia de comunicação é sensibilizar a população e as representações da área sobre “o que são as consultas públicas” e “qual o papel da comunidade nessa fase de preparação do PROGRAMA” através de articulações específicas com os representantes listados na matriz de partes interessadas, além da veiculação de materiais informativos enviados à imprensa e divulgados nas mídias sociais.

O local para realização da Consulta presencial deve ser amplo, coberto, possuir recursos para que a comunidade possa acompanhar a apresentação de forma confortável e ter acessibilidade.

Todos os protocolos que estiverem vigentes de prevenção à COVID devem ser seguidos: distanciamento social, locais arejados, disponibilização de álcool gel e exigência de máscaras.

Para conduzir a Consulta Pública é interessante a presença do responsável pelas articulações, pelas ações socioambientais, pela comunicação e pelo Projeto.

Produzido o material informativo, inicia-se o chamamento e a mobilização de como, quando e onde serão realizadas as consultas públicas, através de articulações com as Diretorias Regionais de Ensino e com a direção das escolas, presentes na matriz de partes interessadas do processo, impressão e fixação de cartazes nas escolas do Projeto, convites entregue através dos alunos da rede de ensino dos estabelecimentos de educação, informativos encaminhados via Whatsapp e a veiculação de materiais informativos através de releases enviados à imprensa e nas mídias sociais. A divulgação será iniciada 7 dias antes da realização da Consulta, mas, as ações de comunicação serão implantadas de forma paulatina. O chamamento para a consulta presencial será feito durante os 7 dias que antecederem a realização da consulta.

O chamamento das partes diretamente afetadas pelas obras será feito através de algumas formas de abordagem, a saber:

- Contato Ativo (via telefone/Whatsapp);

- Abordagem presencial nas escolas, com distribuição de folder informativo para pais e alunos;

Estes instrumentos deverão abordar brevemente: (i) o escopo do projeto; (ii) os impactos previstos nas fases do projeto; e, (iii) data e informação do evento de consulta pública.

Uma versão de divulgação da Avaliação Ambiental e Social (AAS), do Marco de Gestão Ambiental e Social (MGAS) e do Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS) e da Análise Sociocultural (ASC) estarão disponíveis com antecedência mínima de uma semana da data da consulta pública, no site www.seduc.pa.gov.br. Junto das minutas da AAS, MGAS, PGAS e ASC, serão disponibilizadas apresentações explicativas em linguagem simples e didática, com informações sobre o PROGRAMA, no que tange os seus objetivos, obras e suas tipologias propostas, riscos e impactos ambientais e sociais positivos e negativos do PROGRAMA referentes à sua implantação e operação.

Busca-se nas consultas a apresentação do PROGRAMA e dos documentos socioambientais e a captação de informações, anseios e dúvidas por parte da população. Ao final da consulta deve-se garantir a catalogação de evidências de sua realização, assim como do seu resultado, sendo a melhor forma a documentação do processo e a gravação do pleito.

Abaixo estão descritos os recursos e estrutura previstos para realização das consultas:

Consulta Pública Presencial

Apresentando as versões preliminares dos documentos ambientais e sociais do processo de preparação do PROGRAMA, abarcando os principais temas relacionados às obras a serem realizadas. O processo de consulta deve ser dirigido às pessoas que estão na área diretamente afetada e/ou beneficiada pelo PROGRAMA, abarcando também públicos diversos, atores sociais, agentes governamentais, lideranças comunitárias, entre outros. O chamamento e mobilização deverão contemplar estratégias de comunicação direcionadas ao público-alvo destas consultas. A lista de convidados para as consultas públicas é apresentada na **Matriz de Partes Interessadas** expressa no **Anexo 1**.

Características e objetivos, conforme segue:

- Consulta Presencial ou ao vivo (transmissão via internet):
 - **Local:** Com possibilidade de participação presencial das Partes Interessadas locais e da região de entorno.
 - Município de Belém: Auditório da SEDUC (Rod. Augusto Montenegro s/n, km 10 – Icoaraci, Belém – PA CEP 66820-000)
 - Município de Santarém: Auditório da Secretaria de Estado de Integração Regional (Av. Rosa Passos, 525, Santíssimo, Santarém – PA CEP 68101-250)
 - Transmissão via YouTube pelo canal oficial (acesso a todos os interessados)
 - **Data e Horário:**
 - Município de Belém: 08 de fevereiro de 2023 às 8h30
 - Município de Santarém: 10 de fevereiro de 2023 às 8h30
 - **Tempo previsto:** 02 (duas) horas para cada consulta;
 - **Sistemas audiovisuais:** Sistema de som, projetor e sistema de gravação;

- **Equipe:** Equipe da UGP e Assessoria de Comunicação;
- **Público Preferencial:** Representantes de órgãos ambientais, Secretaria de Estado de Educação; Conselho Tutelar; Defesa Civil; Representações Institucionais de escolas; líderes e representantes da comunidade; associações de pais e alunos das escolas da amostra; comunidade geral.
- **Objetivo:** Apresentar o PROGRAMA; Apresentar o Projeto a ser executado na área da Consulta, observando as questões levantadas no item 6 – Identificação das questões prioritárias; Informar a duração das atividades do Projeto a ser executado na área da Consulta – cronograma simplificado (fase de preparação + fase de implantação + consultas) cuidando para não criar expectativa; Apresentar a versão preliminar dos documentos ambientais com a visão do BID, destacando os possíveis riscos e impactos preliminarmente observados e as propostas previstas para mitigá-los; Informar sobre o processo de envolvimento das partes interessadas do Projeto, destacando os possíveis canais disponibilizados para participação da comunidade e os meios para que as queixas possam ser apresentadas e abordadas; Abrir espaço, oportunidade, para manifestações e registrar essas, inclusive as respostas dadas na reunião; Abrir oportunidade para as pessoas se inscreverem na lista para receber informações sobre as consultas relevantes e canais para manifestação; Formalizar lista de presença dos participantes na reunião, fotos e outros registros da preparação da reunião; Realizar um documento síntese com todas as questões levantadas pelos participantes, as repostas dadas, descrevendo possíveis contribuições na melhoria do desenho do PROGRAMA.
- **Resultado Esperado:** Como resultado, espera-se informar a comunidade sobre o PROGRAMA e Projeto a ser realizado no local, obtendo informações que possam melhorar tanto a AAS/PGAS, quanto os projetos das obras, através do aproveitamento do conhecimento dos moradores locais e de outros atores que atuam localmente para enriquecer e melhorar os estudos.

A Consulta Pública será gravada e transmitida via internet.

Consulta Pública Virtual

Apresentando as versões preliminares dos documentos ambientais e sociais do processo de preparação do PROGRAMA, abarcando os principais temas relacionados às obras a serem realizadas. O processo de consulta deve ser dirigido às pessoas que estão na área diretamente afetada e/ou beneficiada pelo PROGRAMA, abarcando também públicos diversos, atores sociais, agentes governamentais, lideranças comunitárias, entre outros. O chamamento e mobilização deverão contemplar estratégias de comunicação direcionadas ao público-alvo destas consultas. A lista de convidados para as consultas públicas é apresentada na **Matriz de Partes Interessadas** expressa no **Anexo 1**.

Características e objetivos, conforme segue:

- Consulta Virtual:
 - **Local:**
 - Página do Programa: <https://www.seduc.pa.gov.br/pagina/12031-consulta-publica>
 - Formulário eletrônico para Manifestação: <https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfkaWSm99v-pRVE3yFS7isKH8LWmEwjRNaKF6719dLvRSOIAA/viewform>

- **Data e Horário:** Durante o período de comunicação/chamamento, 15 dias que antecedem a realização das consultas públicas;
- **Tempo previsto:** consulta consecutiva para análise e manifestação;
- **Sistemas audiovisuais:** não se aplica;
- **Equipe:** UGP e Assessoria de Comunicação;
- **Público Participante:** Representantes de órgãos ambientais, Secretaria de Estado de Educação; Conselho Tutelar; Defesa Civil; Representações Institucionais de escolas; líderes e representantes da comunidade; associações de pais e alunos; comunidade geral.
- **Objetivo:** Disponibilizar informações que possam ser vistas durante o período para apresentar o PROGRAMA; Apresentar o Projeto a ser executado na área da Consulta, observando as questões levantadas no item 6 – Identificação das questões prioritárias; Informar a duração das atividades do Projeto a ser executado na área da Consulta – cronograma simplificado (fase de preparação + fase de implantação + consultas) cuidando para não criar expectativa; Apresentar a versão preliminar dos documentos ambientais com a visão do BID, destacando os possíveis riscos e impactos preliminarmente observados e as propostas previstas para mitigá-los; Informar sobre o processo de envolvimento das partes interessadas do Projeto, destacando os possíveis canais disponibilizados para participação da comunidade e os meios para que as queixas possam ser apresentadas e abordadas; Abrir espaço, oportunidade, para manifestações e registrar essas, inclusive as respostas dadas na reunião; Abrir oportunidade para as pessoas se inscreverem para receber informações sobre as consultas relevantes e canais para manifestação; Formalizar lista de cadastro dos participantes via Internet; Realizar um documento síntese com todas as questões levantadas pelos participantes, as repostas dadas, descrevendo possíveis contribuições na melhoria do desenho do PROGRAMA.
- **Resultado Esperado:** Como resultado, espera-se informar a comunidade sobre o PROGRAMA e Projeto a ser realizado no local, obtendo informações que possam melhorar tanto a AAS/PGAS, quanto os projetos das obras, através do aproveitamento do conhecimento dos moradores locais e de outros atores que atuam localmente para enriquecer e melhorar os estudos.

8.1. Roteiro das Consultas

Parte 1: A Consulta será iniciada com uma breve abertura, contando com informações sobre os objetivos do evento, a programação e orientação sobre a forma de participação que estará disponível durante toda a apresentação por meio do espaço de comentários. Nesse momento, também será realizada a apresentação das entidades promovedoras da Consulta: Secretaria de Estado de Educação - SEDUC e BID.

Parte 2: Na sequência, será realizada uma apresentação do projeto, de forma sintética e objetiva, em linguagem corrente e acessível ao público geral, com o auxílio de recursos audiovisuais que facilitem o entendimento dos presentes, quando necessário. Um representante habilitado da SEDUC fará a apresentação institucional, do projeto. Membros da equipe de planejamento, social, engenharia e meio ambiente da SEDUC completam o grupo de especialistas para esclarecimentos do projeto. Serão abordados os objetivos e justificativas do projeto, sua descrição e suas alternativas tecnológicas e locacionais.

Parte 3: Socioambiental: Os especialistas da SEDUC transmitirão uma síntese dos resultados de diagnóstico social e ambiental da área de influência do programa; a descrição dos possíveis impactos ambientais da implantação e operação de atividades; a caracterização da qualidade ambiental futura da área de influência; a descrição do efeito esperado das medidas mitigadoras previstas em relação aos impactos negativos, mencionando aqueles que não puderem ser evitados; e o programa de acompanhamento e monitoramento dos impactos, indicando os responsáveis por sua execução.

Parte 4: Após a apresentação, será aberto espaço para ampliar a possibilidade de manifestação dos participantes presentes, expondo sua percepção do projeto, dúvidas e expectativas.

Parte 5: As respostas serão realizadas no decorrer da Consulta e as que por motivos técnicos ou de tempo não forem contempladas no momento, serão respondidas nos sites da SEDUC. As perguntas serão respondidas, utilizando-se critério baseado na ordem da manifestação, questionamentos ou contribuições semelhantes, e relevância e complexidade ao escopo do pleito.

Parte 7: Por fim, serão apresentados os canais de comunicação para diálogo e resolução de questões, agradecimentos e encerramento do evento. Complementarmente, será informado ao final da sessão os canais que estarão disponíveis para recebimento de contribuições relacionadas ao escopo do PROGRAMA e dos documentos ambientais e sociais por um período de uma semana após o evento.

Obs.: A consulta será registrada com ata, gravações, fotografias para documentação e posterior revisão do material. A audiência será gravada e editada, com o objetivo de produzir documentos que comprovem a realização da consulta pública e as lições aprendidas pelo PROGRAMA durante a fase de consultas.

8.2. Gênero em desenvolvimento e vulneráveis

Com relação à questão de gênero, buscando promover o processo de consulta pública às partes interessadas de modo democrático, igualitário e participativo, algumas diretrizes serão assumidas ao longo das ações de mobilização, chamamento e participação, de acordo com as necessidades e dificuldades mapeadas ao longo do processo de avaliação e análise das questões prioritárias que afetam a disponibilidade, acesso e participação de mulheres, LGBTQI+, idosos, comunidades tradicionais e costeiras, etc ao longo do processo de Consultas Públicas.

A evolução dos processos de gestão na participação de gênero possibilita um resultado bastante satisfatório, apresentando participação efetiva e predominante de grupos desfavorecidos nas reuniões, oficinas e consultas realizadas.

As ações que ajudarão a promover a participação efetiva de tais grupos e serão adotadas para todo o processo de consultas públicas do PROGRAMA, são as seguintes:

- O processo de mobilização contempla e observa o papel de participação dos grupos mais desfavorecidos, tendo em vista, inclusive, o apresentado nas ações provenientes do cadastro e da consolidação do diagnóstico. A primeira estratégia é envolvê-los na fase de preparação, tornando-os protagonistas da sensibilização e participação das demais famílias no processo de consultas, atuando diretamente nas ações de campo e nas peças de comunicação a serem veiculadas.
- Em atendimento às necessidades para garantir a participação como tempo de ausência do imóvel, será oferecido: (i) o local da Consulta Pública será dentro da área do Projeto ou em local mais próximo ou de mais fácil acesso, visando menos

tempo para o deslocamento e a facilidade de traslado até o local; e, (ii) será oferecido um espaço infantil para apoio aos cuidados das crianças no decorrer do evento, conforme a necessidade; (iii) serão disponibilizados dispositivos de acessibilidade e segurança para portadores de condições especiais; (iv) as equipes de trabalho serão todas orientadas para incorporar as questões associadas a gênero em desenvolvimento e vulneráveis.

- O trabalho social se balizará em eixos principais de atuação e, em cada um deles o público feminino e vulnerável será devidamente priorizado e contemplado, desde o trabalho de mobilização, organização e disseminação da informação à comunidade por meio do fortalecimento de ações de gestão participativa, promoção da cidadania, capacitações, educação socioambiental, monitoramento participativo e avaliação contínua das práticas aplicadas.
- Será oferecido apoio no local de atendimento que seja mais próximo da área do Projeto, no período de execução do evento de Consulta Pública, visando a orientação dos(as) comunitários(as) interessados(as) em participar, em especial, mulheres, idosos, comunidades tradicionais, LGBTQI+ e demais grupos vulneráveis identificados. Esta prática objetiva atender necessidades específicas e dificuldades que a comunidade, principalmente grupos vulneráveis, podem apresentar para acessar o processo de consultas virtuais, tendo em vista a limitação de acesso aos serviços de telecomunicações (internet), sobreposição de demandas domésticas, familiares e profissionais.
- Os tempos previstos de coleta de sugestões e comentários aos estudos ambientais e sociais e ao projeto de forma geral, serão ampliados, considerando o tempo reduzido pela sobreposição de tarefas domésticas e familiares, permitindo os grupos menos favorecidos e vulneráveis de participarem das consultas.
- Os espaços de coletas de informações, dúvidas e considerações estarão disponíveis à população antes, durante e até 15 dias após o evento, visando superar qualquer dificuldade de acesso às manifestações e respostas que ainda possam ocorrer.
- A participação efetiva de representações locais voltadas ao gênero em desenvolvimento será instigada através de convites direcionados às instituições e organizações sociais de defesa de cada grupo da área de influência do PROGRAMA.

É importante ter em conta que todo o processo de consultas ocorrerá de maneira presencial, com participação restrita, com estratégia de contenção à COVID-19, e que a experiência do primeiro processo de consultas possibilitará propor ajustes que possam reduzir qualquer dificuldade observada na primeira etapa, de forma a buscar resultados significativos e solidamente inclusivos.

8.3. Consultas Específicas para Comunidades Tradicionais da Amostra Representativa

No caso das consultas específicas para as comunidades tradicionais da amostra representativas (Campo Verde, Rio Urubéua Fátima e Aldeia Cajueiro), as ações a serem realizadas devem seguir as orientações apresentadas no **Anexo 2** deste Plano de Engajamento. Este anexo apresenta as diretrizes do Plano de Consulta específico para cada uma dessas comunidades, considerando matriz de partes interessadas, ações adaptadas à cultura e costumes, respeito sociocultural.

Destaca-se que tais diretrizes devem servir de orientação na elaboração dos Planos de Consulta para cada uma das Comunidades Tradicionais presentes no portfólio de

investimento do Programa, e que cada uma das comunidades deve ter um plano de consulta específico e adaptado à sua realidade.

Ressalta-se que os planos específicos são baseados nos resultados de uma Análise Sociocultural (ASC).

9. RECURSOS ALOCADOS PREVISTOS

A seguir são descritos os recursos a serem alocados para a preparação, chamamento e execução das consultas.

9.1. Chamamento e Mobilização Social

O convite para a Consulta será realizado através de conteúdos produzidos pela comunicação do Governo do Estado, e divulgados nos meios convencionais, tais como: rádio, televisão, portais de notícias, redes sociais, aplicativos de conversa e jornais impressos.

A mobilização dos interessados ainda tem reforço de forma presencial, realizado pela equipe de Unidade Regional de Educação - URE, promove-se articulações com as principais lideranças e instiga-se a disseminação da informação.

Os conteúdos serão disponibilizados no site institucional <https://www.seduc.pa.gov.br/>, e nas redes sociais *Instagram* e *Facebook* por meio do @seducpara, além de serem disparados simultaneamente através de ferramentas como o *WhatsApp*, com antecedência mínima de 2 semanas da data dos eventos.

No período da divulgação e chamamento, será disponibilizado um canal de contribuições online para manifestação dos interessados - *Whatsapp* que será divulgado em todas as mídias utilizadas pela estratégia de comunicação das Consultas Públicas e através das redes sociais já utilizadas pela SEDUC.

De forma a atingir públicos específicos foram previstos dois modelos de Convite, conforme segue.

9.1.1. Modelo de Convite Institucional

Este convite será voltado a autarquias, empresas, secretarias etc. o convite será enviado especificamente por meio eletrônico (e-mail).

A Secretaria de Educação do Estado do Pará - SEDUC, por intermédio da UGP, convida para a reunião de apresentação do PROJETO DE AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA E OFERTA EDUCACIONAL PARA GARANTIA DO DIREITO DE APRENDER NO ESTADO DO PARÁ, que discutirá os desdobramentos relacionados aos projetos previstos na região e seus investimentos, bem como as consequências e resultados de sua implantação.

O evento faz parte da fase de preparação e é realizado sob orientação e procedimentos da normativa nacional e estadual, bem como dos Padrões de Desempenho Ambientais e Sociais do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

Data da reunião: XXXXXXXXXX

Horário: XXXXXXXXh

Local: XXXXXXXXXXXXX

9.1.2. Medidas de Segurança em caso de contato com a população (formato híbrido de consulta)

Para as situações em que o contato for inevitável, mesmo que somente entre duas pessoas, deve-se tomar as seguintes precauções:

- Monitorar periodicamente os membros das equipes de campo (febre, tosse, sintomas relacionados), devendo haver dispensa do colaborador ou encaminhamento ao sistema de saúde adequado caso apresente sintomas;
- Procurar manter a distância de 2 metros entre as pessoas, sempre utilizando EPI's adequados, como máscaras faciais;
- Disponibilização e fiscalização do uso de EPI e higienização: máscara, álcool em gel 70%;
- Isolamento social de membros da equipe que se encontram no grupo de risco (mais de 60 anos, diabetes, hipertensão, insuficiência renal crônica, doenças respiratórias crônicas, doenças cardiovasculares, entre outras semelhantes consideradas pelas autoridades sanitárias.)
- Paralisar, total ou parcialmente, as atividades para garantir a saúde e segurança dos membros da equipe e comunidade, em caso de emergência e agravamento da pandemia em situação crítica.

9.2. Recursos humanos

A equipe para realizar a Comunicação Social é composta pela:

- 1) Assessoria de Comunicação;
- 2) Coordenação Socioambiental da UGP.

Esta equipe poderá executar o Plano de Consulta e Programa de Comunicação.

10. COMUNICAÇÃO SOCIAL – ESTRATÉGIA METODOLÓGICA PARA A PREPARAÇÃO DO PROGRAMA (CONSULTAS PÚBLICAS)

Este item visa dotar o Plano de Consulta e Participação de métodos e conceitos que garantam o fluxo de informações entre o empreendedor e a população local a ser afetada, além de atores sociais interessados. Tais instrumentos de comunicação devem difundir de forma adequada as informações relevantes dos projetos e atender aos questionamentos feitos pelas partes interessadas. Deve, portanto, atuar preventivamente na mitigação de dúvidas e questionamentos da população, além de promover a boa comunicação, relação institucional e explicitar as boas práticas e soluções adotadas às entidades governamentais e da sociedade civil atuantes, além dos formadores de opinião.

Destaca-se que as estratégias definidas aqui também subsidiarão e estarão válidas para a fase de execução do PROGRAMA, contemplado no MGAS na forma de um Plano de Comunicação Social ou Plano de Engajamento de Partes Interessadas.

O Plano de Comunicação Social no âmbito do Engajamento de Partes Interessadas, tem o objetivo de viabilizar um canal de relacionamento direto e constante entre o empreendedor e as comunidades afetadas e aquelas situadas no entorno, com vistas a reduzir eventuais dúvidas sobre impactos associados ao empreendimento e que poderá ser posteriormente aproveitado no Plano de Comunicação do PROGRAMA.

Como objetivos específicos na comunicação do Processo de Consultas Públicas, destacam-se:

- Divulgação geral do empreendimento – Tornar público para a sociedade as informações básicas sobre o PROGRAMA, tais como: características das intervenções, as demandas existentes e, sobretudo, os benefícios a serem gerados, localizações e etapas de implantação;
- Divulgação das ações sociais e ambientais programadas – Divulgar e manter diálogo com as comunidades afetadas sobre os impactos potenciais previstos e os programas socioambientais a serem desenvolvidos, os requisitos de controle ambiental durante as obras, visando motivar a colaboração dos afetados e incentivá-los na busca de soluções mitigatórias;
- Coleta de contribuições, questionamentos e questões relevantes à avaliação ambiental e social do PROGRAMA, e promover a devolutiva satisfatória de tais manifestações;
- Reduzir dúvidas e anseios das partes interessadas e afetadas, promovendo transparência e divulgação de informações relacionadas e de interesse público;
- Servir como base para o Plano de Comunicação do PROGRAMA.

10.1. Abordagem da Comunicação Social para Consultas Públicas

Para atingir de maneira eficaz os objetivos explicitados, os trabalhos ora propostos deverão abordar os temas a seguir apresentados:

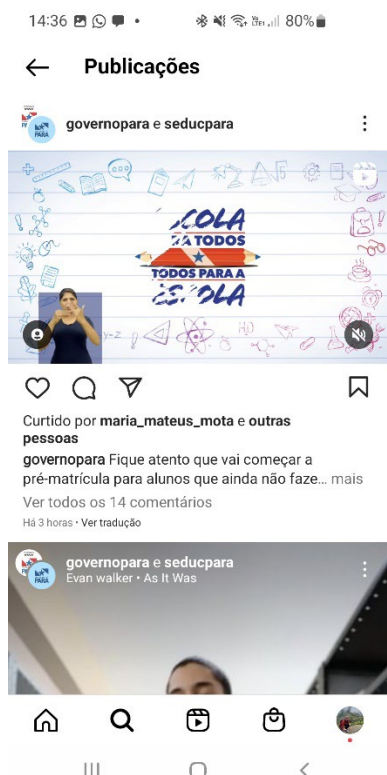
- Informação Divulgável – Envolve o conjunto de ações e instrumentos de comunicação que objetivam informar os diferentes públicos sobre as características do empreendimento e suas especificações técnicas e construtivas, benefícios, impactos associados, adoção de medidas mitigadoras e desenvolvimento de ações socioambientais. Deve ser parte da divulgação institucional rotineira da seduc.
- Articulação – Abrange as ações de interação e comunicação desenvolvidas com o objetivo de estabelecer um relacionamento construtivo com a opinião pública regional e local, as instituições governamentais e, principalmente, com a população local, suas entidades representativas e lideranças.
- Monitoramento e Avaliação – Envolvem o processo de acompanhamento, organização, arquivo e avaliação das ações de comunicação social em suas atividades de prestação de informações e captação e respostas a inquietações da comunidade.

10.2. Recursos de comunicação existentes

A SEDUC já dispõe de instrumentos de Comunicação Social para atendimento das demandas existentes nesta área e que serão disponibilizados para o presente Plano.

O Governo do Estado do Pará possui uma Assessoria de Comunicação e Marketing que atua na divulgação das ações, promovendo os programas que executa, através da divulgação e articulação de matérias jornalísticas positivas na mídia local e nacional, conforme imagem abaixo.

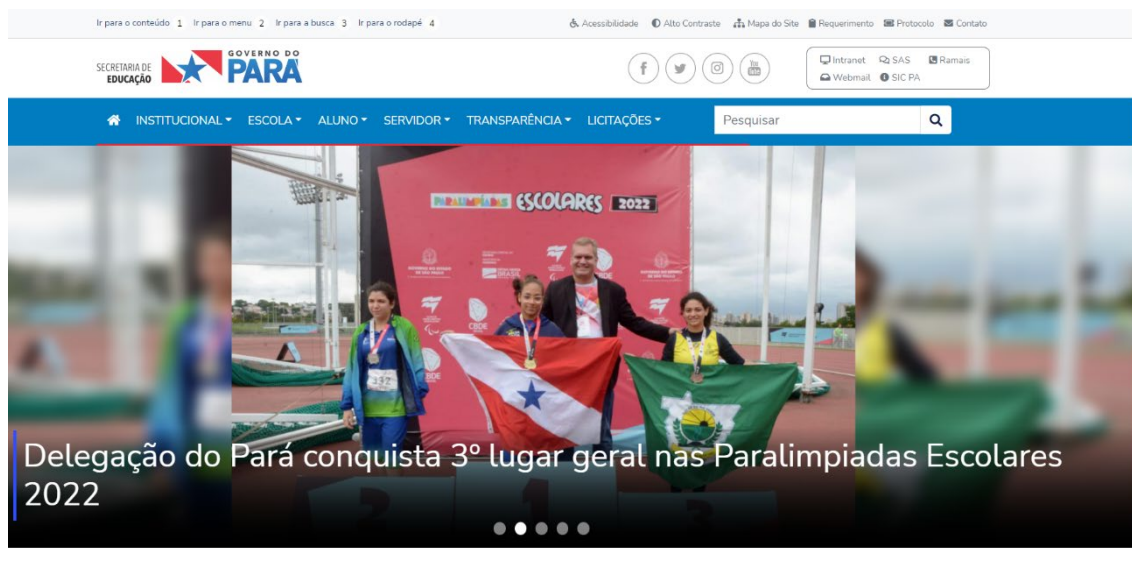
Figura 3 – Divulgação da SEDUC em Mídias Sociais



Fonte: www.instagram.com

A SEDUC conta com site para acesso de diversas informações por parte da população, conforme a figura a seguir.

Figura 4 – Site da SEDUC



Fonte: www.seduc.pa.gov.br


Com relação a estrutura de comunicação existe um canal “Serviço de Informação ao Cidadão” no site do Governo do Estado, onde podem ser enviadas mensagens de texto com contribuições, solicitações ou reclamações.

As mídias sociais existentes para divulgação e recepção de informações na SEDUC são:

- Facebook: <https://www.facebook.com/SeducPara>
- Instagram: <https://www.instagram.com/seducpara/>

Por fim, a população também conta com o telefone: 3201-5162, whatsapp: para contribuições, solicitações e dúvidas.

Figura 5 – Área “SIC” e demais ferramentas de comunicação



Fonte: <https://www.sistemas.pa.gov.br/esic/public/main/index.xhtml>

Já se encontra disponível a página da Consulta Pública do Programa no website da SEDUC, conforme ilustrado na figura a seguir:

Figura 6 – Página principal do site da SEDUC com pop-up de chamamento.



Fonte: <https://www.seduc.pa.gov.br/sitenovo/seduc/>

Figura 7 – Página da Consulta Pública do Programa



Consulta Pública - Projeto de Ampliação e Modernização da Infraestrutura e Oferta Educacional para Garantia do Direito de Aprender no Estado do Pará - Educação por todo o Pará (Programa)

A Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, iniciou uma operação de crédito junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destinada a apoiar o desenvolvimento do Projeto de Ampliação e Modernização da Infraestrutura e Oferta Educacional para Garantia do Direito de Aprender no Estado do Pará – Educação por todo o Pará (Programa).

O Programa de Investimentos pretendido com o BID foi estruturado em quatro componentes:

- (i) Cobertura e Qualidade da Infraestrutura;
- (ii) Práticas de Ensino;
- (iii) Práticas de Gestão;
- (iv) Administração do Programa.

Trata-se de um programa de obras múltiplas, sendo elaborados documentos socioambientais, de acordo com o novo Marco de Política Ambiental e Social do Banco e norteados no Sistema de Gestão Ambiental e Social – SGAS do Programa, composto de sete pilares principais, incluindo os documentos ambientais e sociais:

- Avaliação Ambiental e Social – AAS, que analisa uma amostra dos projetos propostos para o financiamento, bem como a estrutura institucional e legislação aplicável, estabelecendo impactos e riscos que devem ser mitigados;
- Plano de Gestão Ambiental e Social – PGAS, que determina os programas necessários para a hierarquia de mitigação dos impactos previstos na Avaliação Ambiental e Social;
- Marco de Gestão Ambiental e Social – MGAS – que determina, a partir dos resultados obtidos com os estudos para a amostra (AAS e PGAS) os níveis de estudo necessários e programas sociais e ambientais para o restante do Programa;

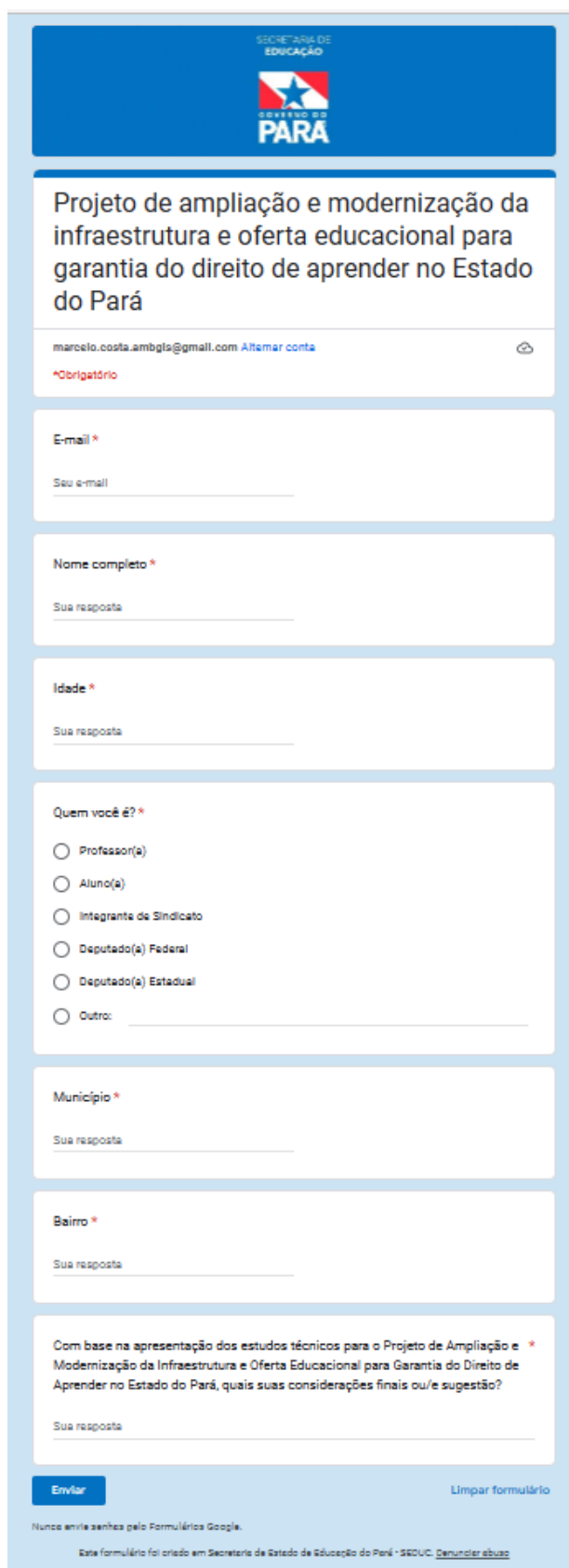
Os objetivos específicos do Programa são: expandir a matrícula escolar; melhorar as práticas de ensino e aprendizagem; e oferecer educação pertinente e com qualidade às comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas e ribeirinhas). Os beneficiários pretendidos são os alunos da educação básica (AI, AF e EM) da rede estadual de ensino. Os indicadores do Programa serão detalhados na Proposta de Desenvolvimento de Operações (POD), documento em elaboração por BID e SEDUC.

Cronograma da consulta pública:

Início da divulgação: 17/01/2023

Fonte: <https://www.seduc.pa.gov.br/pagina/12031-consulta-publica/>

Figura 8 – Formulário para manifestação acessado através da página da Consulta



**SECRETARIA DE
EDUCAÇÃO
GOVERNO DO
PARÁ**

Projeto de ampliação e modernização da infraestrutura e oferta educacional para garantia do direito de aprender no Estado do Pará

marcelo.costa.ambgla@gmail.com Alterar conta

*Obrigatório

E-mail *

Sua e-mail

Nome completo *

Sua resposta

Idade *

Sua resposta

Quem você é? *

☐ Professor(a)

☐ Aluno(a)

☐ Integrante de Sindicato

☐ Deputado(a) Federal

☐ Deputado(a) Estadual

☐ Outro: _____

Município *

Sua resposta

Bairro *

Sua resposta

Com base na apresentação dos estudos técnicos para o Projeto de Ampliação e Modernização da Infraestrutura e Oferta Educacional para Garantia do Direito de Aprender no Estado do Pará, quais suas considerações finais ou/e sugestão? *

Sua resposta

Enviar [Limpar formulário](#)

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Este formulário foi criado em Secretaria de Estado de Educação do Pará - SEDUC. [Denunciar abuso](#)

Fonte: <https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfkaWSm99v-pRVe3yFS7isKH8LWmEwjRNAKF6719dLvRSOIAA/viewform/>

10.3. Atividades a serem desenvolvidas na Divulgação e Comunicação durante o Processo de Consultas Públicas da Preparação

A estratégia de divulgação e comunicação durante o processo de consultas públicas da preparação do PROGRAMA envolve atividades apresentadas neste item:

É importante destacar que a comunicação pode ocorrer de três formas através dos canais/ferramentas já existentes e/ou estabelecidas neste Plano, sendo:

- **Forma Ativa:** O Mutuário é o emissor da mensagem, através de ferramentas de única via de informação (exemplo: informes, panfletos, anúncios em jornais). Nesta forma, a população não tem um canal para se posicionar ou responder.
- **Forma Passiva:** A população é o emissor da mensagem, recebida através dos canais de comunicação estabelecidos (ouvidoria, canais não interativos, funcionários e trabalhadores, jornais e revistas). Nesta forma a população envia uma informação.
- **Forma Dialógica:** promovida através de canais que proporcionam um diálogo interativo *on time* entre as partes (consultas públicas, entrevistas, canais interativos). Neste caso, o processo de comunicação se apresenta de forma mais dinâmica, com um diálogo mais aberto e espontâneo entre as partes.

A organização de todos os registros a serem feitos durante o processo de Consulta Pública Significativa será concentrada na UGP, que receberá dos diversos canais as informações relevantes para estruturação e consolidação do Relatório de Consultas Públicas Significativas, sejam em forma passiva, ativa ou dialógica.

As formas de registros do processo de Consulta Pública Significativa utilizadas envolvem fotos, cadastros, textos fornecidos através dos canais de manifestação com posterior consolidação em arquivo eletrônico (Word, Excel, vídeos, áudios).

O Relatório de Consultas Públicas Significativas do PROGRAMA apresentará de forma consolidada os seguintes itens:

- Descrição geral do PROGRAMA
- Princípios adotados nas consultas
- Registro da divulgação e chamamento
- Descrição dos locais de transmissão e realização das consultas
- Caracterização do perfil e público participante
- Contribuições e Manifestações (com respectivas respostas)
- Conclusão
- Registros (fotos, listas de presença ou cadastros etc.)

10.3.1. Atividade 1 – Gestão da estratégia de comunicação do processo de Consultas Públicas para preparação do PROGRAMA

A equipe de comunicação social, estará responsável na Atividade 1 por:

- Organização e sistematização de informações técnicas utilizadas na preparação do material e documentos a serem divulgados para o chamamento das consultas, bem como de seus resultados;
- Da garantia de execução do cronograma de realização do processo de Consultas Públicas.
- Caracterização do público-alvo e mídias locais, com a manutenção e atualização do quadro de partes interessadas (*stakeholders*) apresentado em sua versão inicial no Anexo deste documento; Registro das manifestações e sugestões sobre os impactos, medidas de mitigação socioambiental e desenho do programa.
- Estruturação dos instrumentos de comunicação, peças publicitárias e canais de comunicação;
- Identidade visual do PROGRAMA.

10.3.2. Atividade 2 – Elaboração de material de divulgação

Para divulgar as informações essenciais é necessário preparar material básico, com identidade visual própria a ser definida pela Assessoria de Comunicação. Deverão ser elaborados materiais de divulgação adequados a cada público-alvo, tais como convites, cartazes, cartilhas, panfletos etc.

Este material configura apoio à divulgação de informações e comunicação prévia. O material poderá ser utilizado nas fases de execução das obras e implantação de programas socioambientais, no que for pertinente, de acordo com a aderência e conveniência.

10.3.3. Atividade 3 – Gestão da Comunicação na fase de preparação do PROGRAMA

Conforme o Capítulo 10 deste documento, diversos mecanismos de comunicação serão utilizados na fase de preparação do PROGRAMA. Estes mecanismos devem configurar e garantir a interconexão entre o executor e as Partes Interessadas, tornando eficiente o processo de conhecimento de questões que podem afligir a comunidade, bem como sua melhor resolução. Importante destacar que desde o processo de divulgação do PROGRAMA e do chamamento para as consultas públicas, os mecanismos disponíveis serão amplamente divulgados, incluindo seu período de funcionamento, alterações nos canais, possibilidades e temas de manifestação e orientações quanto ao processo de resposta.

É importante destacar que, por ser esta uma fase de preparação do PROGRAMA, as informações a serem disponibilizadas poderão apresentar caráter preliminar, até pela possibilidade de que contribuições da população possam gerar alterações, daí a necessidade de se gerir adequadamente as informações e solicitações dos canais de comunicação. Neste sentido, se considera um roteiro mínimo, que poderá auxiliar a elaboração do Plano de Comunicação no PGAS:

- É importante a apresentação das características gerais dos empreendimentos que compõem PROGRAMA e das áreas de intervenção, suas localizações e principais benefícios a serem auferidos;
- Apresentação dos estudos socioambientais realizados, os principais impactos socioambientais identificados e programas elaborados para reduzir tais impactos.

Neste caso, é importante destacar também os programas e ações voltados a evitar a perda de renda da população;

- Divulgação dos meios de comunicação direta com a SEDUC, conforme o Capítulo 10 deste Documento.

Em certa medida, as informações apresentadas na Fase de Planejamento também deverão abarcar informações mínimas consolidadas em um Programa de Comunicação Social e Gestão de Queixas, definido com diretrizes a serem adotadas durante a fase de execução, a ser apresentado no documento socioambiental MGAS.

Durante a realização do processo de consultas públicas na preparação do PROGRAMA, profissionais envolvidos no atendimento à população – tanto da SEDUC, quanto eventuais terceirizados (supervisoras/gestora ambiental, empresas de comunicação etc.) – deverão estar devidamente capacitados para o atendimento ao público, esclarecendo as dúvidas ou direcionando as questões, e registrando e encaminhando demandas mais complexas para as áreas competentes.

Os Canais de Atendimento ao Cliente/Cidadão definidos para a preparação do PROGRAMA concentrarão as demandas de recepção e gestão das manifestações da população a respeito das obras e atividades realizadas. Estes canais deverão incluir um cadastro organizado e atualizado com o registro de todas as manifestações recebidas e de todas as atividades de gestão de respostas realizadas. Este processo poderá contribuir com conhecimento para construção do Plano de Comunicação a ser proposto no MGAS e que será ativo por toda a vida do PROGRAMA.

ANEXO 1 – Matriz De Partes Interessadas

Id	Nome / Razão Social	Projeto do Programa associado	Tipo de Stakeholder (institucional, representante comunitário, morador da área de intervenção)	Forma preferencial de Convite	Mecanismo de Consulta do chamamento
1	Corpo docente e diretivo / administrativo	Todas as escolas da amostra representativa	Institucional	E-mail / Telefone	Virtual, remoto e presencial
2	Pais e alunos	Todas as escolas da amostra representativa	Beneficiário / Afetado (AID)	Comunicado pessoalmente	Virtual e remoto
3	Representante da Prefeitura Municipal	Todos os municípios da amostra representativa	Institucional	E-mail	Virtual e remoto
4	FUNAI	Todos os municípios da amostra representativa	Institucional	E-mail	Virtual, remoto e presencial
5	Fundação Palmares	Todos os municípios da amostra representativa	Institucional	E-mail	Virtual, remoto e presencial
6	SEMA	Todos os municípios da amostra representativa	Institucional	E-mail	Virtual, remoto e presencial

ANEXO 2 – Planos de Consultas e Engajamento Específicos para as Comunidades Tradicionais da Amostra Representativa